

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	270.386
Preferenciais	0
Total	270.386
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/02/2013	Dividendo	28/02/2013	Ordinária		0,00571
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/01/2013	Ordinária		0,00627

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.204.585	1.134.690
1.01	Ativo Circulante	157.770	109.745
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.214	16.107
1.01.02	Aplicações Financeiras	65.139	28.498
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	65.139	28.498
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	65.139	28.498
1.01.03	Contas a Receber	52.332	55.909
1.01.03.01	Clientes	52.275	55.891
1.01.03.01.01	Clientes	11.752	12.228
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	40.523	43.663
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	57	18
1.01.03.02.01	Creditos com Partes Relacionadas	57	18
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.043	88
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.043	88
1.01.07	Despesas Antecipadas	694	1.746
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.348	7.397
1.01.08.03	Outros	8.348	7.397
1.01.08.03.01	Outros Créditos	8.348	7.397
1.02	Ativo Não Circulante	1.046.815	1.024.945
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.996	7.531
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	39
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	39
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.996	7.492
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	7.996	7.492
1.02.03	Imobilizado	29.019	36.154
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.019	36.154
1.02.04	Intangível	1.009.800	981.260
1.02.04.01	Intangíveis	1.009.800	981.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.204.585	1.134.690
2.01	Passivo Circulante	357.180	360.671
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.270	4.754
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.270	4.754
2.01.02	Fornecedores	9.446	14.471
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.446	14.471
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.248	8.449
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.248	8.449
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	7.066	8.269
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	182	180
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	139.325	133.650
2.01.04.02	Debêntures	139.262	133.458
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	63	192
2.01.05	Outras Obrigações	171.595	172.631
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.512	8.224
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.999	4.723
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.513	3.501
2.01.05.02	Outros	161.083	164.407
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	131.936	129.573
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	16.768	16.703
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	12.379	18.131
2.01.06	Provisões	25.296	26.716
2.01.06.02	Outras Provisões	25.296	26.716
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	13.458	16.538
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.838	10.178
2.02	Passivo Não Circulante	206.926	204.549
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	93.851	92.848
2.02.01.02	Debêntures	93.851	92.848
2.02.02	Outras Obrigações	51.579	53.304
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	3
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	3
2.02.02.02	Outros	51.579	53.301
2.02.02.02.03	Credor pela Concessão	48.385	50.321
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	593	605
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	2.601	2.375
2.02.03	Tributos Diferidos	4.486	1.800
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.486	1.800
2.02.04	Provisões	57.010	56.597
2.02.04.02	Outras Provisões	57.010	56.597
2.02.04.02.04	Provisão para perda tributária, trabalhista e cível	17.172	17.946
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	37.697	36.552
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.141	2.099
2.03	Patrimônio Líquido	640.479	569.470
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02	Reservas de Capital	95	81
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	95	81
2.03.04	Reservas de Lucros	265.342	266.842
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	204.833	206.333
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	72.495	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	213.714	193.612
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-78.567	-65.606
3.03	Resultado Bruto	135.147	128.006
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.341	-12.252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.325	-12.252
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	122.806	115.754
3.06	Resultado Financeiro	-8.562	-10.772
3.06.01	Receitas Financeiras	1.368	2.538
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.930	-13.310
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	114.244	104.982
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.273	-33.859
3.08.01	Corrente	-34.372	-32.469
3.08.02	Diferido	-2.901	-1.390
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	76.971	71.123
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	76.971	71.123
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,28467	0,26304

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	76.971	71.123
4.03	Resultado Abrangente do Período	76.971	71.123

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	103.511	94.816
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	155.274	145.377
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.244	104.982
6.01.01.02	Depreciação e amortização	18.109	17.251
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado e intangível	6.241	601
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados	-470	-104
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	6.808	9.762
6.01.01.06	Variação monetária sobre credor pela concessão	1.859	1.841
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	692	1.068
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão p/ manutenção e provisão para construção de obras futuras	601	601
6.01.01.10	Premio de Opções	14	10
6.01.01.11	Constituição de provisão para manutenção	7.176	9.365
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.763	-50.561
6.01.02.01	Clientes	3.616	4.616
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-955	-340
6.01.02.03	Despesas antecipadas	1.052	993
6.01.02.04	Outros créditos e depósitos judiciais	-1.455	-382
6.01.02.05	Fornecedores	-5.025	-6.423
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-484	-105
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.203	-573
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	2.285	-3.526
6.01.02.09	Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.466	-282
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-5.526	-563
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-32.712	-31.268
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-9.670	-12.825
6.01.02.13	Juros pagos	-5	117
6.01.02.14	Tributos Diferidos	-215	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-45.755	-9.359
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.060	-1.134
6.02.02	Aquisição de intangível	-44.695	-8.225
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43.649	-78.261
6.03.01	Credor pela concessão	-3.730	-2.780
6.03.02	Títulos e valores mobiliários - vinculados	-36.171	-39.861
6.03.04	Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	-125	-226
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-10	6
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-3.613	-35.400
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.107	7.196
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.107	31.969
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30.214	39.165

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	81	266.842	0	0	569.470
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	81	266.842	0	0	569.470
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	14	-1.500	-4.476	0	-5.962
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.500	0	0	-1.500
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.476	0	-4.476
5.04.08	Plano de Opção com Base em Ações	0	14	0	0	0	14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	76.971	0	76.971
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.971	0	76.971
5.07	Saldos Finais	302.547	95	265.342	72.495	0	640.479

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10	0	-5.431	0	-5.421
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.431	0	-5.431
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	10	0	0	0	10
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	71.123	0	71.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	71.123	0	71.123
5.07	Saldos Finais	302.547	41	69.905	65.692	0	438.185

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	231.849	210.996
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	202.894	194.279
7.01.02	Outras Receitas	8.551	8.533
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	20.404	8.184
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-65.751	-52.822
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-55.338	-44.027
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.413	-8.795
7.03	Valor Adicionado Bruto	166.098	158.174
7.04	Retenções	-18.109	-17.251
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.109	-17.251
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	147.989	140.923
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.368	2.538
7.06.02	Receitas Financeiras	1.368	2.538
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	149.357	143.461
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	149.357	143.461
7.08.01	Pessoal	7.046	7.785
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.182	6.064
7.08.01.02	Benefícios	1.580	1.416
7.08.01.03	F.G.T.S.	284	305
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.408	51.243
7.08.02.01	Federais	44.991	41.264
7.08.02.03	Municipais	10.417	9.979
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.932	13.310
7.08.03.01	Juros	4.906	8.078
7.08.03.03	Outras	5.026	5.232
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	76.971	71.123
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.476	5.431
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	72.495	65.692

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 1T13 com: *Margem EBITDA de 65,9%*

São Bernardo do Campo, 15 de maio de 2013 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013 (1T13). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2012 (1T12).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida nos 1T13 foi de R\$ 213.714 mil, um crescimento de 10,4% em relação ao 1T12.
- O EBITDA de R\$ 140.917 mil no 1T13 demonstra um crescimento de 5,9% em relação ao 1T12, resultando em uma margem EBITDA de 65,9%.
- O lucro líquido foi de R\$ 76.971 mil no 1T13, atingindo um aumento de 8,2% com relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Destaques (em milhares de R\$)	1T13	1T12	Var.
Volume de Tráfego – milhares de veículos equivalentes	15.082	15.218	-0,9%
Tarifa Média ¹	13,45	12,77	5,3%
Receita Líquida	213.714	193.612	10,4%
Lucro Líquido	76.971	71.123	8,2%
EBITDA ²	140.917	133.005	5,9%
Margem EBITDA	65,9%	68,7%	-2,8 p.p.
Capex	54.415	22.185	145,3%
Dívida Líquida ³	137.823	181.893	-24,2%

¹ em Reais

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

³ O valor da dívida líquida refere-se ao exercício findo de 31/12/2012.

Comentário do Desempenho

PERFIL DA COMPANHIA

A concessionária Ecovias dos Imigrantes opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. A concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 38 milhões de veículos pedagiados, foi firmada em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP059).

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou com o governo do Estado de São Paulo um termo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que resultou na prorrogação do prazo de exploração da concessão por mais cinco anos e dez meses.

A Ecovias dos Imigrantes faz parte do Grupo EcoRodovias, que administra 1.459,3 quilômetros de rodovias, por onde circulam mais de 75 milhões de veículos por ano através de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul Rodovias do Sul (RS), que estão nos principais corredores de importação e exportação brasileiros e importantes pólos de turismo.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor a suas cinco concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001).

ANÁLISE DO RESULTADO

Receita Bruta

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 1T13 totalizou R\$ 231.849 mil, um crescimento de 9,9% em comparação aos 1T12.

Comentário do Desempenho

O volume de tráfego, medido pelo número de veículos, teve uma queda de 4,7%, em relação ao 1T12, resultado de uma queda de 6,2% no tráfego de veículos de passeio, e um aumento de 3,5% do tráfego de veículos comerciais. No tráfego medido pelo conceito de eixos equivalentes, houve uma queda de 0,9% em relação ao 1T12.

As receitas acessórias e de prestação de serviços somaram R\$ 8.551 mil, um aumento de 0,2% sobre o mesmo trimestre do ano anterior.

Volume de Tráfego			
(Veículos equivalentes pagantes x mil)	1T13	1T12	Var.
Passeio	8.713	9.288	-6,2%
Comercial	6.369	5.931	7,4%
Total	15.082	15.219	-0,9%

Nota:

Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículo equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Receita Bruta			
(em milhares de R\$)	1T13	1T12	Var.
Receitas de Pedágio	202.894	194.279	4,4%
Receitas Acessórias	8.551	8.533	0,2%
Receita de Construção ICPC-01	20.404	8.184	149,3%
Total	231.849	210.996	9,9%

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 1T13 apresentaram um aumento de 16,7% sobre o mesmo trimestre do ano anterior, somando R\$ 90.892mil.

As principais variações ocorridas foram:

- Aumento dos custos com conservação e manutenção da rodovia ;
- aumento custo de construção de obras decorrente da aplicação das normas do IFRS/ICPC.

Em relação à receita líquida, os custos operacionais e despesas administrativas, representando 42,5% da receita líquida, um aumento de 2,3 pontos percentuais quando comparados ao 1T12.

Comentário do Desempenho

A tabela abaixo apresenta, em maiores detalhes, os custos operacionais e despesas administrativas da Ecovias dos Imigrantes:

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhares de R\$)	1T13	1T12	Var.
Pessoal	7.047	7.785	-9,5%
Conservação e manutenção	4.778	2.978	60,4%
Serviços de terceiros	20.286	19.187	5,7%
Seguros	1.074	993	8,2%
Poder concedente	6.343	6.084	4,3%
Depreciação e amortização	18.109	17.251	5,0%
Provisão manutenção ICPC 01	7.176	9.365	-23,4%
Custo de construção de obras ICPC 01	20.404	8.184	149,3%
Locações	718	1.010	-28,9%
Outros	4.957	5.021	-1,3%
TOTAL	90.892	77.858	16,7%

EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 148.093 mil, um crescimento de 4,0% em relação aos R\$ 142.370 mil obtidos no 1T12. A Margem EBITDA Ajustada foi de 76,6%, apresentando uma queda de 0,2 ponto percentual.

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS no 1T13, o EBITDA totalizou R\$ 140.917 mil, um crescimento de 5,9% em relação aos R\$ 133.005 mil obtidos no 1T12. A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 65,9% no 1T13, uma queda de 2,8 pontos percentuais em relação ao 1T12.

EBITDA			
(em milhares de R\$)	1T13	1T12	Var.
Lucro Líquido	76.971	71.123	8,2%
Imposto de renda e contribuição social	37.275	33.859	10,1%
Resultado Financeiro	8.562	10.772	-20,4%
Depreciação e Amortização	18.109	17.251	4,9%
EBITDA	140.917	133.005	5,9%
Margem EBITDA	65,9%	68,7%	-2,8 p.p.

Comentário do Desempenho

EBITDA Ajustado			
(em milhares de R\$)	1T13	1T12	Var.
EBITDA IFRS	140.917	133.005	5,9%
Receita de construção	(20.404)	(8.184)	149,3%
Custos com construção	20.404	8.184	149,3%
Provisão para manutenção	7.176	9.365	-23,4%
EBTIDA Ajustado	148.093	142.370	4,0%
Margem EBITDA Ajustada	76,6%	76,8%	-0,2 p.p.

Resultado Financeiro

O efeito financeiro líquido no 1T13 foi negativo em R\$8.562 mil, em comparação ao resultado negativo de R\$10.772 mil nos 1T12, representando uma queda de 20,5%.

A tabela a seguir apresenta o resultado financeiro em maiores detalhes:

Efeito financeiro			
(em milhares de R\$)	1T13	1T12	Var.
Varição Monetária Líquida	(3.468)	(3.231)	7,4%
Juros sobre arrendamento mercantil e debêntures	(4.907)	(8.078)	-39,3%
Outros efeitos financeiros	(808)	(1.109)	-27,1%
Receitas Financeiras e outras	1.222	2.247	-45,6%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(601)	(601)	1,8%
TOTAL	(8.562)	(10.772)	-20,5%

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2013, a dívida total da Ecovias somava R\$ 233.176 mil, um aumento de 2,9% sobre os R\$ 226.498 mil apresentado no exercício findo de 31 de dezembro de 2012, sendo que em relação à dívida líquida, registramos uma queda de 24,2%.

A tabela abaixo apresenta a composição da dívida em maiores detalhes:

Comentário do Desempenho

Credores				Taxas Atuais	Vencimento
(em milhares de R\$)	31/03/2013	31/12/2012	Var.		
Debêntures (*)	233.113	226.306	2,9%	IGP-M + 9,50% / 104,00% CDI	Novembro/14
Arrendamento Mercantil	63	192	-67,2%	1,45% a.m.	Setembro /2012 a Junho/ 2013
Divida Total	233.176	226.498	2,9%		
Caixa e equivalentes de caixa	30.214	16.107	87,6%		
Aplicação financeira vinculada (**)	65.139	28.498	128,6%		
Divida Líquida	137.823	181.893	-24,2%		

(*) Debêntures emitidas em 3 séries sendo:

Séries	Valor do Principal	Juros
1ª Série	135.000	104,00% CDI
2ª Série	157.500	IGP-M + 9,50% ao ano
3ª Série	157.500	IGP-M + 9,50% ao ano

(**) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Praticamente 100% da dívida total é representada pelas debêntures, e sua amortização ocorrerá no período de 2010 a 2014.

CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecovias no 1T13 totalizaram R\$54.415 mil, 145,3% superiores aos realizados no mesmo período do ano anterior onde totalizaram R\$22.185 mil no 1T12 conforme demonstrado na tabela abaixo:

CAPEX (em milhares de R\$)	1T13			1T12			Var Total 1T13 x 1T12
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Ecovias	45.756	8.672	54.415	9.359	12.826	22.185	145,3%

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2013: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$219,3 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na bolsa de valores.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

As informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., para o período findo em 31 de março de 2013 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2013.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram

Notas Explicativas

alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012”), publicadas no dia 15 de março de 2013 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

No primeiro trimestre de 2013, novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e IASB entraram em vigor em 1º. de janeiro de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	6.381	12.985
Aplicações financeiras-		
CDBs (a)	22.813	911
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>1.020</u>	<u>2.211</u>
	<u>30.214</u>	<u>16.107</u>

(a) Os CDBs, que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato e sem o risco de mudança significativa de valor.

O Fundo não pode investir operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2013, a carteira do Fundo de investimentos era composta por 60,7% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 0,8% em Letra Financeira - LF, 37,0% em compromissada e 1,5% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 100,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxa de 100,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco

Notas Explicativas

de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Banco Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis no fim do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de março de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$1.020 (R\$817 em 31 de dezembro de 2012).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundos de Investimentos	<u>65.139</u>	<u>28.498</u>

Os Fundos de Investimentos são remunerados a taxas que variam entre 96,1% e 100,6% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 14).

6. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*)	40.523	43.663
Pedágio eletrônico - outros	8.764	9.227
Cupons de pedágio	1.222	1.222
Receitas acessórias	<u>1.766</u>	<u>1.779</u>
	<u>52.275</u>	<u>55.891</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". Vide nota explicativa nº 15.

Em 31 de março de 2013, a Administração, com base na sua avaliação do risco de crédito e no histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	52.265	55.891
Vencidos:		
Até 30 dias	<u>10</u>	<u>-</u>
	<u>52.275</u>	<u>55.891</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$694 (R\$1.746 em 31 de dezembro de 2012) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Vide nota explicativa nº 28.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	7.492	5.476
Adições	392	1.878
Baixas	(17)	(776)
Atualização monetária	<u>129</u>	<u>914</u>
Saldo final	<u>7.996</u>	<u>7.492</u>

9. IMOBILIZADO

	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total Imobilizado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.677	4.432	2.259	3.304	2.118	3.711	31.501
Adições	210	774	40	-	110	-	1.134
Baixas	-	-	-	-	-	(601)	(601)
Transferência	296	-	-	-	-	(296)	-
Depreciação	<u>(1.246)</u>	<u>(266)</u>	<u>(85)</u>	<u>-</u>	<u>(51)</u>	<u>(181)</u>	<u>(1.829)</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>14.937</u>	<u>4.940</u>	<u>2.214</u>	<u>3.304</u>	<u>2.177</u>	<u>2.633</u>	<u>30.205</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	5,0	5,0	17,0	-

Notas Explicativas

	Hardware e equipamento s de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros (*)	Total imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>14.436</u>	<u>5.269</u>	<u>2.300</u>	<u>3.304</u>	<u>2.024</u>	<u>8.821</u>	<u>36.154</u>
Adições	347	524	50	-	75	64	1.060
Baixas	-	-	-	-	-	(6.217)	(6.217)
Transferências	53	-	(53)	-	-	-	-
Depreciações	<u>(1.350)</u>	<u>(299)</u>	<u>(86)</u>	<u>-</u>	<u>(52)</u>	<u>(191)</u>	<u>(1.978)</u>
Saldos em 31 de março de 2013	<u>13.486</u>	<u>5.494</u>	<u>2.211</u>	<u>3.304</u>	<u>2.047</u>	<u>2.477</u>	<u>29.019</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	5,0	17,0	

(*) As baixas deste item referem-se principalmente à baixas de adiantamentos a fornecedores realizados no ano de 2012.

Em 31 de março de 2013, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de debêntures (vide notas explicativas nº 14) ou de processos de qualquer natureza.

No trimestre findo em 31 de março de 2013, foram capitalizados encargos financeiros de R\$364 (R\$0 em 31 de março de 2012), considerando a taxa média de captação de 9,30%.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

10. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão	Intangível andamento	Software de terceiros	Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>965.644</u>	<u>741</u>	<u>625</u>	<u>967.010</u>
Adições	8.216	-	9	8.225
Transferência	741	(741)	-	-
Amortização	<u>(15.373)</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>	<u>(15.422)</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>959.228</u>	<u>-</u>	<u>585</u>	<u>959.813</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-

	Contratos de concessão	Intangível andamento	Software de terceiros	Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>958.521</u>	<u>20.851</u>	<u>1.888</u>	<u>981.260</u>
Adições	14.358	30.238	99	44.695
Baixas	(24)	-	-	(24)
Amortizações	<u>(16.009)</u>	<u>-</u>	<u>(122)</u>	<u>(16.131)</u>
Saldos em 31 de março de 2013	<u>956.846</u>	<u>51.089</u>	<u>1.865</u>	<u>1.009.800</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	

Notas Explicativas

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização em 31 de março de 2013 é de 6,12% ao ano (5,49% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17.069	17.946
Juros capitalizados	(3.439)	(3.060)
Ajuste a valor presente sobre o credor pela concessão	(1.997)	(3.500)
Efeitos da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de		
Concessão	(24.903)	(16.738)
Outros	<u>76</u>	<u>59</u>
	(13.194)	(5.293)
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(4.486)</u>	<u>(1.800)</u>
Ativo diferido	6.539	6.122
Passivo diferido	(11.025)	(7.922)
Passivo diferido líquido	(4.486)	(1.800)

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

Notas Explicativas

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.244	104.982
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(38.843)	(35.694)
Juros sobre o capital próprio	1.522	1.847
Imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões permanentes	<u>48</u>	<u>(12)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(37.273)	(33.859)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(34.372)	(32.469)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(2.901)	(1.390)

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.503	3.825
Cofins	2.126	2.336
PIS	461	506
ISS na fonte	448	396
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF/PIS/Cofins/CSLL sobre prestação de serviços	290	566
Outros impostos	<u>238</u>	<u>640</u>
	<u>7.066</u>	<u>8.269</u>

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	62	190
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>	<u>-</u>
	62	190
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>1</u>	<u>2</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>63</u>	<u>192</u>
Circulante	63	192
Não circulante	-	-

Notas Explicativas

A movimentação do arrendamento mercantil está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Saldo inicial	192	1.090
Encargos financeiros	1	37
Pagamento principal	(125)	(226)
Pagamento de juros	(5)	(39)
Saldo final	<u>63</u>	<u>862</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado”, refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$923 em 31 de março de 2013 (R\$1.049 em 31 de dezembro de 2012).

As operações de arrendamento mercantil financeiro não impõem nenhuma restrição, tais como pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, captação de dívida adicional e outras.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Principal corrigido	222.106	220.497
Remuneração (juros)	12.384	7.479
Custos com emissão de debêntures	<u>(1.377)</u>	<u>(1.670)</u>
	<u>233.113</u>	<u>226.306</u>
Circulante	<u>139.262</u>	<u>133.458</u>
Não circulante	<u>93.851</u>	<u>92.848</u>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	226.306	335.866
Encargos financeiros	<u>6.807</u>	<u>9.725</u>
Saldo final	<u>233.113</u>	<u>345.747</u>

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

Notas Explicativas

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

Descrição

Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2013	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$6,49 3ª série - R\$6,20
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.
Garantias	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2014	<u>94.178</u>	<u>(327)</u>	<u>93.851</u>	<u>93.373</u>	<u>(525)</u>	<u>92.848</u>
	<u>94.178</u>	<u>(327)</u>	<u>93.851</u>	<u>93.373</u>	<u>(525)</u>	<u>92.848</u>

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
		<u>450.000</u>	<u>(8.925)</u>	<u>441.075</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

Notas Explicativas

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>	Natureza	Ativo	Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo
		circulante	não circulante	circulante	circulante	não circulante
<u>Companhia</u>		Cientes	Créditos diversos	Intangível	Contas a pagar	Contas a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	-	34.618	5.513	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	18	39	-	4.999	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (c)	Outras partes relacionadas	<u>40.523</u>	-	-	-	-
Total em 31 de março de 2013		<u>40.541</u>	<u>39</u>	<u>34.618</u>	<u>10.512</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2012		<u>43.681</u>	<u>39</u>	<u>45.338</u>	<u>8.224</u>	<u>3</u>

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	Natureza	Custo dos serviços prestados	Receita	Despesas gerais e administrativas
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (c)	Outras partes relacionadas	-	-	969
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	<u>10.824</u>	<u>55</u>	<u>5.628</u>
Total em 31 de março de 2013		<u>10.824</u>	<u>55</u>	<u>6.597</u>
Total em 31 de março de 2012		<u>10.346</u>	<u>51</u>	<u>5.199</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes partes relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$326.284, deste total foram incorridos R\$61.026, restando um saldo de R\$265.258 de serviços a incorrer com esse contrato.
- (b) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$65.809, os saldos em aberto têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (c) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. O saldo a receber de R\$40.523 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito à atualização monetária e não foram recebidas garantias sobre essas operações.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de março de 2013, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013 é de R\$924 (R\$863 em 31 de dezembro de 2012).

A remuneração dos administradores nos trimestres está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Salários e ordenados	119	131
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 20.d)	14	10
Previdência privada	9	8-
Participação nos resultados	<u>53</u>	<u>180</u>
	<u>195</u>	<u>329</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a serem realizadas durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,30% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/03/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	192.606	10.908	-	-	203.514
Efeito do valor presente sobre constituição	(34.630)	(1.543)	-	-	(36.173)
Realização da manutenção	(116.466)	-	(12.825)	-	(129.291)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>19.630</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>558</u>	<u>20.188</u>
	<u>61.140</u>	<u>9.365</u>	<u>(12.825)</u>	<u>558</u>	<u>58.238</u>
Circulante	19.911				17.827
Não circulante	41.229				40.411

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/03/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	243.650	8.719	-	-	252.369
Efeito do valor presente sobre a constituição	(40.802)	(1.543)	-	-	(42.345)
Realização da manutenção	(171.752)	-	(9.670)	-	(181.422)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>21.994</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>559</u>	<u>22.553</u>
	<u>53.090</u>	<u>7.176</u>	<u>(9.670)</u>	<u>559</u>	<u>51.155</u>
Circulante	16.538				13.458
Não circulante	36.552				37.697

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,30% ao ano.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Efeito</u> <u>financeiro</u>	<u>31/03/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>4.299</u>	<u>43</u>	<u>4.342</u>
	<u>1.929</u>	<u>43</u>	<u>1.972</u>
Não circulante	<u>1.929</u>		<u>1.972</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>Efeito</u> <u>financeiro</u>	<u>31/03/2013</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>4.469</u>	<u>42</u>	<u>4.511</u>
	<u>2.099</u>	<u>42</u>	<u>2.141</u>
Não circulante	<u>2.099</u>		<u>2.141</u>

18. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Parcelas fixas	63.026	64.689
Parcelas variáveis	<u>2.127</u>	<u>2.335</u>
	<u>65.153</u>	<u>67.024</u>
Circulante	<u>16.768</u>	<u>16.703</u>
Não circulante	<u>48.385</u>	<u>50.321</u>

De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de março de 2013, restam 61 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 76,77% do total (73,33% em 31 de dezembro de 2012).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,30% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do trimestre findo em 31 de março de 2013 o desconto de R\$1.262, somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$597, e foi totalizado o valor líquido de R\$1.859 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

Notas Explicativas

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	9.852	13.452
2015	12.388	12.285
2016	11.313	11.219
2017	10.332	10.246
Posteriores a 2018	<u>4.500</u>	<u>3.119</u>
	<u>48.385</u>	<u>50.321</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Saldo inicial	67.024	70.762
Variação monetária sobre credor pela concessão	1.859	1.841
Pagamento principal	<u>(3.730)</u>	<u>(2.780)</u>
Saldo final	<u>65.153</u>	<u>69.823</u>

19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	11.553	6.276	1.769	19.598
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	42	617	171	830
(-) Pagamentos	-	(276)	(6)	(282)
(+) Atualização monetária	29	163	46	238
(+/-) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2012	<u>11.624</u>	<u>6.780</u>	<u>1.980</u>	<u>20.384</u>

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	8.327	6.941	2.678	17.946
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	48	104	171	323
(-) Pagamentos	(9)	(1.457)	-	(1.466)
(+) Atualização monetária	239	81	49	369
(+/-) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	<u>8.605</u>	<u>5.669</u>	<u>2.898</u>	<u>17.172</u>

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2013, R\$25.805 (R\$24.867 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Companhia. Foi estimado o valor de R\$18.714 para essa causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível; portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

(b) Processos tributários

Em 31 de março de 2013, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$6.680 (R\$1.519 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de março de 2013, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$10.261 (R\$9.151 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

Notas Explicativas

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar os membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações, a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., disponibilizou 82.507 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de março de 2013, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$14 (R\$10 em 31 de março de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>23.404</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>23.404</u>
Outorgadas	<u>=</u>	<u>28.516</u>	<u>=</u>	<u>28.516</u>
Exercidas	<u>(5.851)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.851)</u>
Canceladas	<u>(17.553)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.553)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>=</u>	<u>28.516</u>	<u>=</u>	<u>28.516</u>
Outorgadas	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>30.587</u>	<u>30.587</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>=</u>	<u>28.516</u>	<u>30.587</u>	<u>59.103</u>
Em 31 de março de 2013	<u>=</u>	<u>28.516</u>	<u>30.587</u>	<u>59.103</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio no período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2014	14,58	14.776	9,07	134	11 meses
2015	14,58	14.776	6,15	91	23 meses
2016	14,47	<u>7.647</u>	2,79	<u>21</u>	35 meses
		<u>37.199</u>		<u>246</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o primeiro programa de recompra de ações. Essa recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o segundo programa de recompra de ações. Essa recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para

Notas Explicativas

planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados:(i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 582.188 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de março de 2013, de R\$17,39. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de março de 2013, é de R\$10.124.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	79.670	82.616
Pedágio por equipamento eletrônico	109.094	99.324
Vale-pedágio e pedágio em cupons	13.998	12.166
Outras	<u>132</u>	<u>173</u>
	202.894	194.279
Receitas com construção	20.404	8.184
Receitas acessórias (a)	<u>8.551</u>	<u>8.533</u>
Receita bruta	231.849	210.996
Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS)	<u>(18.135)</u>	<u>(17.384)</u>
Receita líquida	<u>213.714</u>	<u>193.612</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Pessoal	7.047	7.785
Conservação e manutenção	4.778	2.978
Serviços de terceiros (a)	20.286	19.187
Seguros (Vide nota explicativa nº 28)	1.074	993
Poder Concedente (b)	6.343	6.084
Provisão para manutenção	7.176	9.365
Custos com construção	20.404	8.184
Depreciações e amortizações	18.109	17.251
Locações de imóveis e máquinas	718	1.010
Outros custos e despesas operacionais	<u>4.957</u>	<u>5.021</u>
	<u>90.892</u>	<u>77.858</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	78.567	65.606
Despesas gerais e administrativas	<u>12.325</u>	<u>12.252</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, assessoria e consultoria, vigilância e limpeza, entre outros.

(b) O valor pago ao Poder Concedente, incluindo ônus da concessão divulgado na nota explicativa nº 18, foi de R\$10.073 no período findo em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas**23. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.222	2.247
Variação monetária sobre debêntures	-	268
Outras	<u>146</u>	<u>23</u>
	<u>1.368</u>	<u>2.538</u>
Juros sobre debêntures	(4.905)	(8.078)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	(2)	-
Variação monetária sobre debêntures	(1.609)	(1.658)
Variação monetária sobre direito de outorga	(1.859)	(1.841)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(294)	(294)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(601)	(601)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(276)	-
Outras	<u>(384)</u>	<u>(838)</u>
	<u>(9.930)</u>	<u>(13.310)</u>
Resultado financeiro	(8.562)	(10.772)

24. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,28</u>	<u>0,27</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>76.971</u>	<u>71.123</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>270.386</u>	<u>270.386</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na nota explicativa 20.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

25. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de março de 2013, a PLR foi de R\$325 (R\$361 em 31 de março de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 13 e nº 14, deduzidos de caixa e saldo de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa,

Notas Explicativas

remunerados a taxas que variam entre 96,1% e 100,6% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.

- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (i)	298.329	293.522
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(95.353)</u>	<u>(44.605)</u>
Dívida líquida	<u>202.976</u>	<u>248.917</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>640.480</u>	<u>571.095</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,32</u>	<u>0,44</u>

(i) A dívida é definida como arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13, nº 14 e nº 18.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2013 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	6.381	6.381
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	52.275	52.275
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	88.972	88.972
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	9.446	9.446
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	63	63
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	233.113	243.534
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	65.153	77.421

Notas Explicativas

- (i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme Preço Unitário - PU atualizado.

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br e www.pentagonotrustee.com.br.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$40.523 (R\$44.389 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados,

Notas Explicativas

por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Arrendamento mercantil financeiro	16,71% a.a.	63	-	-	-
Credor pela concessão	IGP-M	16.768	9.852	12.388	26.145
Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	112.547	106.642	-	-
Debêntures	104% do CDI	35.576	-	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Notas Explicativas

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Alta do CDI	6.322	7.896	9.469
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	(864)	(1.071)	(1.274)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	(3.324)	(5.052)	(6.056)
Juros sobre credor pela concessão	Alta do IGP-M	(74)	(91)	(110)
Juros a incorrer, líquidos		2.060	1.682	2.029

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	7,36%	9,20%	11,04%
IGP-M (b)	5,82%	7,33%	8,85%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

27. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de março de 2013, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$52 (R\$42 em 31 de março de 2012), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

28. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	Julho de 2012 a maio de 2013	244.302
Seguro-garantia	Maio de 2012 a maio de 2013	11.922
Responsabilidade civil	Maio de 2012 a maio de 2013	814.935
“All Risks” - danos materiais	Maio de 2012 a maio de 2013	2.685.331
“All Risks” - engenharia	Maio de 2012 a maio de 2013	74.041
“All Risks” - perda de receita	Maio de 2012 a maio de 2013	814.935
Equipamentos	Maio de 2012 a maio de 2013	1.681
Veículos	Junho de 2012 a junho de 2013	Tabela Fipe

29. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

Notas Explicativas

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receita de construção	20.404	8.184
Custos de construção	(20.404)	(8.184)
	<u> =</u>	<u> =</u>

Em 31 de março de 2013, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$390.370 (R\$412.258 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 07 de maio de 2013 a Companhia anunciou ao mercado o início da distribuição pública da sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, no montante de R\$881.000. A liquidação dos valores ocorreu nos dias 07 e 08 de maio de 2013, sendo R\$200.000 e R\$681.000 respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Auditoria do exercício e revisão dos valores correspondentes ao mesmo período do exercício anterior

As informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais, relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e dos valores adicionados do trimestre findo em 31 de março de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 17 de abril de 2013, e relatório de revisão datado de 7 de maio de 2012, sem modificações.

São Paulo, 15 de maio de 2013.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5